

## Resenha

**SOUZA, Jessé. *O pobre de direita: a vingança dos bastardos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.**

Yuri de Lima Ribeiro  
*Universidade Federal Fluminense*

### **Desvendando o pobre de direita e o bolsonarismo em Jessé Souza**

Em "O pobre de direita: a vingança dos bastardos", Jessé Souza inicia sua obra com uma introdução contundente e crítica à ascensão do bolsonarismo e da extrema direita no Brasil. Através da metáfora do filme *Coringa*, o autor apresenta um novo tipo social forjado pelo capitalismo neoliberal: o indivíduo humilhado, precarizado, isolado e sem os meios simbólicos ou materiais para entender sua própria realidade. A figura do Coringa encarna esse ser ressentido e desamparado, cuja violência é uma reação pré-política a um mundo hostil.

A obra está organizada em quatro capítulos, sendo os três primeiros estruturados em três subtítulos cada, e o quarto capítulo subdividido em quatro subtítulos.

O autor realiza uma crítica aguda ao imaginário ideológico que posiciona os Estados Unidos como modelo universal de sucesso e desenvolvimento. Essa imagem de "espelho do mundo" constitui uma construção simbólica que legitima a desigualdade ao apresentar a trajetória norte-americana como resultado natural da meritocracia, da liberdade e do empreendedorismo individual. Souza denuncia que tal narrativa é, na verdade, uma forma de disfarçar o papel histórico da violência, da escravidão, do colonialismo e da pilhagem sistemática de recursos e corpos – elementos fundacionais da riqueza americana e, por extensão, da ordem capitalista global.

A crítica à chamada "singularidade americana" ocupa lugar central na argumentação do autor. Ele aponta que esse discurso atua como ideologia da dominação ao naturalizar a associação entre sucesso econômico e superioridade moral. A exportação dessa visão – tanto no plano cultural quanto no jurídico e midiático – reforça padrões excludentes, estimulando elites periféricas a mimetizarem a racionalidade neoliberal estadunidense como se ela fosse universalmente desejável e benéfica. No contexto brasileiro, isso implica a importação de categorias analíticas e modelos institucionais que obscurecem nossa própria história de exclusão e desigualdade.

Então propõe, assim, uma reinterpretação crítica do lugar que os Estados Unidos ocupam na imaginação social brasileira e nas ciências sociais nacionais. Ao invés de serem vistos como exemplo de civilização, deveriam ser compreendidos como potência que universaliza a lógica da competição, do individualismo e da dominação simbólica. Essa reflexão abre espaço para questionar os efeitos dessa influência sobre a percepção das classes populares e sobre a legitimação do "pobre de direita", que internaliza esses valores como forma de autopreservação simbólica em uma sociedade hierarquizada.

Souza denuncia que a experiência da humilhação cotidiana é o traço estruturante da subjetividade do “pobre de direita”, elemento ignorado pelas elites e por setores da classe média tradicional, que monopolizam os discursos legítimos sobre o mundo. A partir disso, o autor critica tanto o senso comum que associa o apoio popular à extrema direita à “burrice”, quanto as interpretações superficiais que explicam esse apoio apenas por fatores religiosos ou conservadores. Em vez disso, propõe uma investigação mais profunda: entender os mecanismos simbólicos e estruturais que levam os oprimidos a se identificarem com seus opressores.

Procurando desnaturalizar as hierarquias sociais, expor a manipulação simbólica operada pelas elites e compreender como a desigualdade é legitimada por narrativas ideológicas sofisticadas, internalizadas pelas próprias vítimas do sistema.

O autor aprofunda sua análise sociológica do bolsonarismo, tratando-o como um fenômeno de base popular que não pode ser simplificado por caricaturas ou por visões elitistas que rotulam o eleitorado de direita como “manipulado” ou “ignorante”. Em vez disso, o autor busca entender as raízes emocionais, morais e simbólicas que sustentam essa adesão. Sua análise dialoga com autores como Chantal Mouffe (2018), que legitima o papel dos afetos na política e critica o racionalismo liberal por ignorar as paixões que moldam a ligação entre o povo e os discursos populistas. Da mesma forma, Ernesto Laclau (2013) contribui para essa compreensão ao demonstrar que o populismo não é uma falha da democracia, mas sim uma forma válida de articulação política em momentos de crise de representação, baseada na construção simbólica de identidades coletivas.

A análise de Souza sobre a dominação simbólica como motor da desigualdade social alinha-se diretamente às ideias de Bourdieu (2019), especialmente ao conceito de violência simbólica. Essa violência ocorre quando os dominados internalizam as categorias de percepção impostas pelos dominadores, perpetuando assim as estruturas de poder. O autor atualiza esse conceito para o Brasil contemporâneo ao mostrar como o “pobre de direita” admira seus opressores e despreza seus iguais, evidenciando que a distinção social – um dos pilares do capital simbólico – permeia até mesmo as classes populares.

A busca por reconhecimento da “classe média baixa” e seu ressentimento em relação aos mais pobres também se conectam à teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2009). Honneth interpreta o desrespeito contínuo como uma fonte de patologias sociais que podem levar ao autoritarismo ou à negação da solidariedade. Além disso, essa “pedagogia da humilhação” que naturaliza as desigualdades ressoa com a crítica de Frantz Fanon (2022) sobre a colonização subjetiva dos oprimidos, onde o desejo de se identificar com o opressor funciona como um mecanismo de autopunição e exclusão horizontal.

A obra ainda critica severamente a esquerda liberal, que teria abandonado a crítica à desigualdade estrutural em favor de pautas moralistas e de identidade, perdendo, assim, a capacidade de disputar corações e mentes da população popular. Ao despolitizar a questão da desigualdade material e simbólica, essa esquerda contribui, segundo Souza, para o avanço de um populismo de direita que se apresenta como a única resposta possível ao sentimento de abandono. Mouffe (2018) critica a esquerda por ter deixado de lado o campo afetivo e simbólico da política, abrindo espaço para a direita populista preenchê-lo com uma narrativa moral de pertencimento e antagonismo. Nesse cenário, o ressentimento e a sensação de abandono foram politicamente explorados pela extrema

direita, não só por promessas materiais, mas principalmente por seu apelo simbólico e emocional junto aos setores mais precarizados.

A primeira parte da obra é essencial para compreender o bolsonarismo como uma resposta perversa à humilhação cotidiana sentida por grande parte da população brasileira. Ao conectar conceitos como ressentimento, distinção social, moralidade simbólica e pedagogia da dominação, essa abordagem desafia tanto a demonização quanto a romantização do "pobre de direita", exigindo uma crítica mais sofisticada e autocrítica da sociedade brasileira.

O autor continua apresentando uma crítica estrutural às raízes simbólicas da dominação no Brasil, argumentando que o bolsonarismo não é um fenômeno isolado. Pelo contrário, ele o enxerga como uma expressão tardia e sofisticada da continuidade do pacto antipopular historicamente estabelecido entre as elites e a classe média branca de origem europeia. Desconstruindo a ideia de que a política é movida apenas por lógicas econômicas, o autor revela como o ressentimento de classe é mobilizado moralmente, e não racionalmente, para legitimar a desigualdade social.

Souza destaca que, a partir dos anos 1930, o racismo no Brasil ganhou contornos "cordiais" e "culturais", mascarando sua continuidade sob o véu de discursos de moralidade e meritocracia. Ele argumenta que intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro "Raízes do Brasil" (2001), teria, nesse contexto, contribuído para a estigmatização do povo como corrupto e indisciplinado, o que favoreceu a criminalização da política popular. Essa narrativa, por sua vez, reforça a exclusão política dos mais pobres por meio de uma rotulação simbólica de sua suposta inferioridade moral.

A análise foca, em especial, na figura do "pobre remediado"<sup>1</sup> – o trabalhador precário que se encontra entre a classe média de fato e os marginalizados. Essa parcela da população é atraída pela extrema direita por meio de promessas de distinção moral, que incluem a valorização da honestidade, da religiosidade e da autoridade familiar. Assim, a adesão a projetos reacionários, como o bolsonarismo, não se justifica por benefícios materiais, mas sim por necessidades simbólicas de reconhecimento em uma sociedade marcada por profundas hierarquias. No cenário latino-americano, os estudos de Verónica Gago (2020) sobre a economia popular e os circuitos de valorização moral em territórios periféricos são relevantes. Eles ajudam a entender como os laços religiosos e familiares atuam como mecanismos de pertencimento e distinção social, ecoando a busca por reconhecimento observada por Souza. No Brasil, Avritzer (2021) aponta que a recente erosão democrática está ligada à desconexão entre as instituições representativas e os setores populares. Essa lacuna favorece o surgimento de lideranças autoritárias que operam por meio da identificação afetiva e moral, em vez da mediação programática.

O autor aprofunda sua crítica à construção ideológica que sustenta a exclusão das classes populares do poder político no Brasil. Argumentando que a dominação simbólica é mantida não só por instituições tradicionais, como a mídia e o sistema judiciário, mas também por um saber supostamente neutro que se impõe como ciência social – especialmente o saber jurídico e o jornalístico. O objetivo desse saber é invisibilizar os verdadeiros conflitos de classe através da moralização da política. Nesse

---

<sup>1</sup> Não se trata do pobre em situação de miséria extrema, nem da classe média tradicional (com capital cultural e econômico consolidado). O "pobre remediado" é, na verdade, o trabalhador precarizado que se encontra em uma posição social e econômica intermediária e vulnerável.

contexto, a corrupção é apresentada como o mal absoluto, funcionando como uma linguagem simbólica que criminaliza seletivamente atores políticos ligados às demandas populares.

No terceiro capítulo, Jessé Souza aprofunda uma das teses mais provocadoras da obra: a substituição do racismo racial explícito por um racismo regional simbólico, especialmente evidente no Sul e em São Paulo. Para o autor, o preconceito contra nordestinos e mestiços opera como um "equivalente funcional" do racismo, deslocando o ódio de classe e cor para um discurso supostamente neutro, de base cultural e geográfica. Essa é uma estratégia sofisticada de dominação simbólica, produzida e disseminada pela elite paulista, que construiu uma narrativa de excepcionalismo regional – o "mito bandeirante". Essa narrativa serve para justificar sua primazia econômica e cultural, forjando uma identidade branca e "empreendedora" do Sul. Essa identidade, por sua vez, desdobra-se em uma lógica excludente que associa os demais brasileiros à preguiça, corrupção e dependência do Estado.

As entrevistas com brancos pobres ou empobrecidos de origem europeia demonstram como essa ideologia é internalizada por indivíduos que, apesar de não terem participação nos privilégios reais da elite, adotam essa visão. Personagens como F. Rössler e Marcelo revelam uma perspectiva de mundo intensamente meritocrática, culturalista e moralista, que perpetua preconceitos raciais e regionais baseados na ideia de superioridade étnica. Mesmo vivendo em condições materiais precárias ou experimentando mobilidade social descendente, esses indivíduos se alinham simbolicamente à elite que os oprime. Eles canalizam seu ressentimento contra nordestinos, negros, mulheres e beneficiários de políticas públicas. Nesses casos, a adesão ao bolsonarismo não é apenas fruto de alienação política, mas de um profundo desejo de distinção simbólica.

Essa análise denuncia o papel ativo desses setores na legitimação da ordem excludente brasileira, mostrando que o "pobre de direita" não é apenas um produto da manipulação midiática, mas também um agente de reprodução do autoritarismo social. A força dessa abordagem está em evidenciar a mediação simbólica do preconceito como ferramenta de adesão à dominação, revelando como o racismo regional se disfarça de discurso moral e meritocrático para perpetuar a desigualdade.

Ao analisar o fenômeno do negro evangélico no apoio ao bolsonarismo, a obra estrutura uma crítica sociológica que conecta religião, classe, raça e subjetividade. A "contrarrevolução evangélica" é vista como um movimento que reafirma a ordem desigual, impulsionado pela natureza mágica do protestantismo pentecostal e neopentecostal. Essa vertente atua como um freio simbólico à transformação social. Diferentemente da religiosidade ética – que possui potencial revolucionário ao criar uma tensão entre valores transcendentais e o mundo profano –, o neopentecostalismo brasileiro reintroduz uma fé mágica e conservadora. Nela, o mundo é sacralizado como está, sem espaço para crítica ou desejo de mudança. Essa forma de crença legitima a desigualdade ao individualizar problemas sociais e se politiza como uma "guerra espiritual", na qual o mal é associado a inimigos políticos e a minorias.

Ele investiga o sincretismo simbólico entre o neopentecostalismo e as religiões afro-brasileiras. Ao reverter a lógica da possessão como celebração do sagrado para a possessão como sinal do demoníaco, o neopentecostalismo criminaliza a cultura religiosa negra, mesmo se apropriando de seus elementos performativos e místicos. Isso cria uma estrutura discursiva na qual os Exus e Pombagiras são demonizados, permitindo ao neopentecostalismo atuar como o "espelho

invertido" das religiões afro, reforçando estigmas e reproduzindo um racismo simbólico em nome da moral cristã. A adesão ao discurso de guerra espiritual permite o embaralhamento entre política, religião e moralidade repressiva, criando uma "teologia do combate" que instrumentaliza o medo e o ressentimento.

Na seção de entrevistas com negros evangélicos, o autor reconstrói, por meio dos relatos de Vanderson, Ederson, Marluce e Edvani, o processo de subjetivação pelo qual indivíduos pobres e negros internalizam valores que os afastam de suas origens sociais. Esses sujeitos, apesar de serem diretamente afetados pela exclusão e pelo racismo, aderem a narrativas meritocráticas, ao moralismo sexual e ao antipetismo, muitas vezes sem justificativas racionais consistentes. Vanderson, por exemplo, expressa apoio a Bolsonaro como "o menos pior", validando sua escolha com base em valores morais e desqualificando minorias. Ederson reforça estereótipos contra nordestinos e beneficiários do Bolsa Família, projetando o discurso meritocrático como uma crítica ao "assistencialismo". Marluce, embora mais reflexiva, também usa a ideia da "família ameaçada" para justificar seu voto conservador. Por sua vez, Edvani ilustra como a adesão simbólica ao bolsonarismo é impulsionada mais por medos difusos e ressentimentos do que por argumentação lógica.

A análise revela, em seu conjunto, como a religiosidade mágica e conservadora funciona como suporte simbólico para um "embranquecimento moral". Nesse processo, indivíduos negros internalizam a lógica do opressor buscando reconhecimento e pertencimento. Jessé Souza demonstra que o bolsonarismo, longe de ser um fenômeno exclusivo da elite, é sustentado por uma base popular educada moralmente pelas igrejas a admirar a autoridade, criminalizar a diferença e aceitar a desigualdade como prova de mérito. É, portanto, uma aliança simbólica e política entre o ressentimento social, a rigidez moral e a promessa de reconhecimento para os historicamente desprezados.

A adesão desses sujeitos ao bolsonarismo pode ainda ser interpretada à luz da noção de necropolítica de Achille Mbembe (2018), que ajuda a compreender como o Estado neoliberal e autoritário distribui a morte simbólica e material por meio da marginalização de certos corpos. A religiosidade conservadora e mágica cumpre aqui o papel de gestão subjetiva dessa violência: oferece sentido a um mundo que continuamente exclui, ao mesmo tempo que justifica a punição dos "outros perigosos", como LGBTQ+, feministas e usuários de políticas sociais. Isso ecoa os estudos de Silvio Almeida (2019) sobre o racismo estrutural, que mostra como os mecanismos de exclusão são incorporados pela própria população negra em um processo de autoalienação social e política.

O autor conclui sua tese com uma crítica contundente à estrutura moral que sustenta as desigualdades no Brasil. Ele argumenta que o bolsonarismo é mantido por uma aliança entre a elite econômica, a classe média branca e amplos setores das classes populares que, apesar de oprimidos, reproduzem os valores simbólicos da dominação. A chave para essa dinâmica reside na transfiguração do racismo "racial" em racismo "cultural". Esse processo é legitimado por um falso moralismo que associa a corrupção ao "povo afetivo", desqualificando assim qualquer tentativa de inclusão social como corrupta e ilegítima.

E denuncia o papel das igrejas evangélicas em oferecer autoestima simbólica a negros e pobres. Argumentando que isso se dá por meio da criação de distinções morais artificiais – como a oposição entre "pobre honesto" e "pobre delinquente" – que fragmentam a solidariedade de classe e

racial. O "embranquecimento moral" dos negros, somado ao ressentimento social do branco pobre do Sul e de São Paulo, constitui a base afetiva e irracional do apoio ao bolsonarismo. Recorrendo à Psicologia das Massas de Freud (1991), ele explica essa adesão como um processo de identificação com o líder, que simbolicamente assume o lugar do superego coletivo.

Dessa forma, o racismo permanece como cimento social, disfarçado sob novas roupagens morais e religiosas. A crítica de Souza evidencia a eficácia da dominação simbólica e sua capacidade de transformar os próprios oprimidos em agentes da manutenção de seu infortúnio – um fenômeno, para o autor, central para compreender o Brasil contemporâneo. A obra é, assim, um apelo à desnaturalização das hierarquias e ao enfrentamento dos dispositivos morais que sustentam a desigualdade.

O autor encerra o livro com um encarte de mapas demonstrativos que revelam um padrão de votação no Brasil: regiões predominantemente brancas – como o Sul e São Paulo – tendem a apoiar candidatos de direita, enquanto áreas com maior presença de pretos, pardos e indígenas – especialmente no Norte e Nordeste – demonstram maior adesão a candidatos de esquerda. Essa sobreposição geográfica deixa claro como a branquitude é simbolicamente associada ao mérito e à civilidade, enquanto as populações racializadas são historicamente desvalorizadas, evidenciando a influência do racismo estrutural nas escolhas políticas.

Os dados religiosos nos mapas também mostram que as igrejas evangélicas pentecostais têm uma composição majoritária de negros e pardos, enquanto religiões mais tradicionais, como o catolicismo e o protestantismo histórico, possuem mais brancos. Essa diferença reforça a tese do autor sobre o papel crucial da religião na formação das subjetividades políticas.

### Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

AVRITZER, Leonardo. Crise da democracia como um processo de desdemocratização: reflexões sobre os casos latino-americanos. In: AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de (org.). *Crises na democracia*. legitimidade, participação e inclusão. Belo Horizonte: Arraes, 2021, p. 7-26.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FREUD, Sigmund. *Massenpsychologie und Ich-Analyse*. Berlim: Nikol, 1991

GAGO, Verónica. *La potencia feminista*. ou el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2009.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1, 2018.

MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Nova York: Verso Books, 2018.

*Resenha recebida em: 16/06/2025.*

*Aprovada em: 08/12/2025.*

Yuri de Lima Ribeiro ([yurilr@gmail.com](mailto:yurilr@gmail.com)) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É editor-chefe da Revista Discente de Ciência Política (ZIZ)